

SONDAGEM Especial

Ano 4, Nº.1, abril de 2006

Tempo para obter licença ambiental preocupa empresários

Nos últimos dois anos houve uma deterioração da situação enfrentada pelas empresas na relação com os órgãos ambientais e, principalmente, no processo de licenciamento.

Apesar dos dados registrarem que as empresas vêm adotando cada vez mais práticas gerenciais relacionadas à gestão ambiental e estarem ampliando seus investimentos em proteção do meio ambiente, esta nova Sondagem (ano-base 2005) retrata o agravamento da situação verificada na Sondagem de 2004 (ano-base 2003).

A demora na análise dos pedidos de licenciamento ambiental e os requisitos exagerados da regulamentação ambiental, por vezes inadequadas sob o ponto de vista da aplicabilidade técnica e dos aspectos de sustentabilidade econômica, são as principais reclamações da indústria nacional. Desse modo, o atual processo de licenciamento caracteriza-se como um obstáculo ao desenvolvimento econômico e social do País.

Requisitos exagerados, custo de implantação e complexidade da regulamentação são as principais causas de atrito

Os principais causadores de problemas na relação entre as empresas e os órgãos ambientais são: (i) os requisitos exagerados de regulamentação ambiental (68,6%); (ii) o alto custo de implantação das regulamentações ambientais (55,8%); e (iii) a complexidade da regulamentação (51,8%). Os resultados desta Sondagem são similares aos apurados na Sondagem anterior (2003). Observa-se, no entanto, um aumento significativo no percentual de empresas que consideram os requisitos exagerados da regulamentação e a sua complexidade como os maiores problemas na relação com os órgãos ambientais, conforme pode ser observado no Gráfico 1.

Entre as grandes empresas, destaca-se o aumento verificado no percentual daquelas que classificaram os requisitos exagerados da regulamentação como a principal causa de atrito na relação com os órgãos ambientais, que passou de 43,6% em 2003, para 68,5% em 2005, um aumento de mais de 20 pontos percentuais (p.p.).

Todas as Regiões também classificaram os requisitos exagerados de regulamentação ambiental, o alto custo de implantação das regulamentações e a complexidade da regulamentação como os principais problemas na relação com os órgãos ambientais, nesta ordem. Na Região Centro-Oeste os dois primeiros itens contabilizaram o mesmo percentual de respostas.

Nas Regiões Nordeste e Sudeste merecem destaque o crescimento verificado entre 2003 e 2005 no percentual de empresas que assinalaram os requisitos exagerados da regulamentação ambiental como a principal causa de atrito na relação entre os órgãos ambientais, de 62,9% para 76,1% e de 54,1% para 70,6%, respectivamente. Já na Região Norte merece destaque o crescimento do percentual de empresas que registraram os custos de implantação da regulamentação ambiental como o principal problema, que passou de 40,5% em 2003 para 58,1% em 2005.

Entre os setores de atividade, as respostas das empresas sobre quais eram as principais causas de atrito na relação com os órgãos ambientais seguiram a mesma tendência observada na média geral. Ou seja, dos 17 setores pesquisados (além da classificação "outros"), a maioria registrou os requisitos exagerados de regulamentação ambiental; o alto custo de implantação das regulamentações e a sua complexidade como os principais problemas enfrentados, nesta ordem.

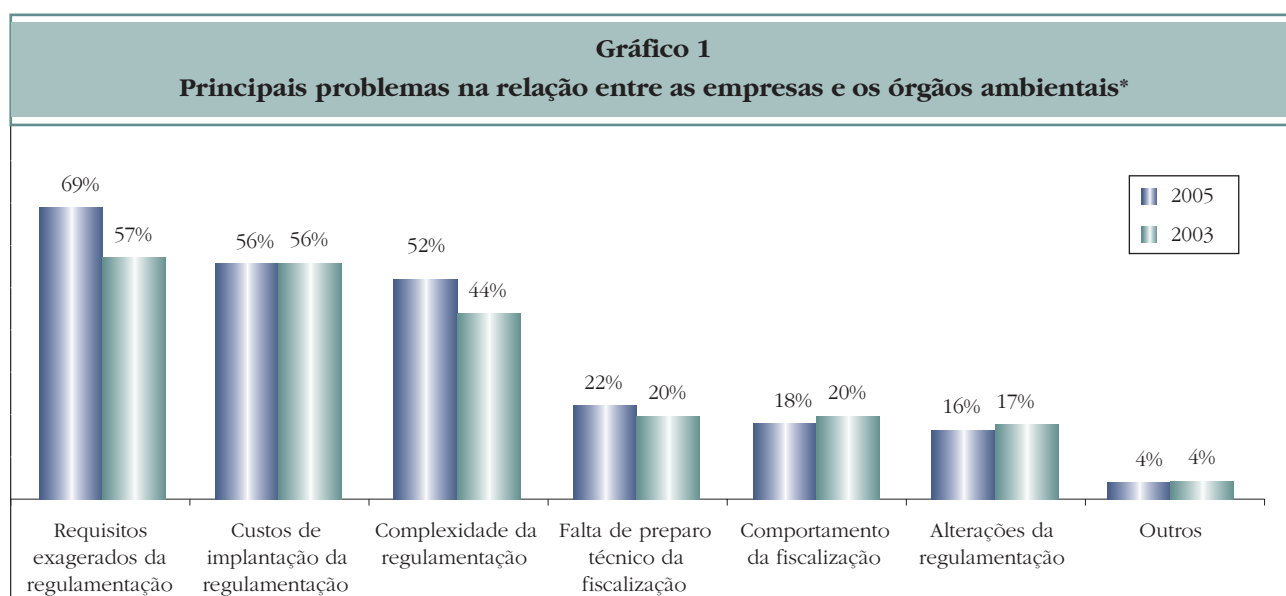
O setor Couros e Peles registrou empate entre estas três respostas (64,7%). Já para o setor Metalúrgico e de Produtos Farmacêuticos o item custo de implantação da regulamentação ambiental foi classificado em primeiro

lugar, seguido do item complexidade da regulamentação. A complexidade da regulamentação também foi assinalada como a segunda maior causa de atrito para os seguintes setores: Material Elétrico, Madeira, Papel e Papelão, Materiais Plásticos, Vestuário e Calçados, Produtos Alimentícios e Bebidas.

Para os setores de Minerais Não-metálicos e Borracha, o principal problema apontado na relação junto ao órgão ambiental foi a exigência de requisitos exagerados da regulamentação ambiental. Nestes setores, em 2005, este problema foi assinalado por 79,5% e 76,5% das empresas, respectivamente.

Em relação a 2003, a pesquisa de 2005 revela um crescimento do número relativo de empresas que consideraram a complexidade da regulamentação como uma das causas de atrito com os órgãos ambientais nos setores de Bebidas (de 0,0% para 60,0%), Couros e Peles (de 33,3% para 64,7%) e Materiais Plásticos (de 33,3% para 59,1%). Para os setores de Material Elétrico e Têxtil, verificou-se grande aumento no número de empresas que responderam ser os requisitos exagerados da regulamentação uma das principais causas de atrito com os órgãos ambientais, de 31,6% para 68,6%, e de 33,3% para 69,7%, respectivamente.

Ao contrário, para o item custo de implantação da regulamentação ambiental, percebeu-se uma redução no percentual de empresas dos setores Bebidas (de 85,7% para 46,7%), Material Elétrico (de 68,4% para 34,3%) e Papel e Papelão (de 71,4% para 39,1%) que assinalaram esta resposta. Grande redução também foi identificada no item requisitos exagerados da regulamentação ambiental em Farmacêuticos, de 75,0% em 2003 para 35,7% em 2005.



* O total não soma 100% em função da possibilidade de múltiplas respostas.

Licenciamento ambiental: demora na análise dos pedidos é o principal problema

A grande maioria das empresas que já requisitaram licenciamento ambiental enfrentou dificuldades no processo. Este diagnóstico foi verificado na Sondagem de 2003 e também na Sondagem de 2005. Na Sondagem de 2005, ademais, registrou-se um aumento no percentual de empresas que relataram ter tido problemas no processo de obtenção da licença ambiental, conforme pode ser observado no gráfico 2.

Entre as pequenas e médias empresas, o agravamento da situação nos últimos dois anos foi notável. Em 2003, 64,0% das pequenas e médias empresas que já haviam requisitado licenciamento apontaram ter tido problemas neste processo, em 2005 este percentual passou para 72,1%. Entre as grandes, 76,2% das empresas consultadas em 2005, que já haviam requisitado o licenciamento, apontaram dificuldades, contra 72,4% em 2003.

Os problemas mais assinalados pelas empresas no processo de licenciamento foram: (i) a demora na análise dos pedidos (64,5%); (ii) os custos dos investimentos necessários para atender às exigências requeridas pelo órgão ambiental (54,6%); (iii) os custos de preparação de estudos e projetos para apresentar ao órgão ambiental (46,3%); e (iv) a dificuldade de identificar e atender aos critérios técnicos exigidos (44,1%).

A demora na análise dos pedidos (item mais assinalado pelas empresas tanto em 2003 quanto em 2005) é o principal problema do processo de obtenção da licença ambiental, acarretando prejuízos à indústria nacional e sendo obstáculo ao desenvolvimento do País. Além disso, observa-se um aumento, nos últimos dois anos, do

percentual de empresas que consideram a demora na análise dos pedidos como o principal problema enfrentado no processo de licenciamento.

Nas Regiões Geográficas a principal dificuldade registrada pelas empresas no processo de licenciamento também foi a demora na análise dos pedidos. As Regiões Centro-Oeste e Norte destacam-se neste item com, respectivamente, 75,5% e 72,7% das empresas que já requisitaram licença registrando a demora como o principal problema enfrentado. Vale ressaltar que as Regiões Norte e Centro-Oeste também foram as que registraram o maior percentual de empresas que requisitaram licença ambiental em 2005, 95,7% do total.

Já as Regiões Sudeste, Norte e Centro-Oeste foram as que registraram os maiores índices de empresas que declararam terem enfrentado problemas no processo de obtenção da licença no ano de 2005 (75,1%, 75,0% e 74,2%, respectivamente).

Destaque deve ser dado as Regiões Centro-Oeste e Nordeste. Nestas Regiões houve um grande aumento dos relatos de empresas que tiveram problemas no processo de licenciamento ambiental. Na Região Centro-Oeste, o percentual das empresas que registrou problemas para obter a licença passou de 54,1%, em 2003, para 74,2% em 2005, um aumento de mais de 20 pontos percentuais. Já na Região Nordeste, 57,8% das empresas relatou ter enfrentado dificuldade em 2003 e 71,0% em 2005, um aumento de mais de 13 pontos percentuais.

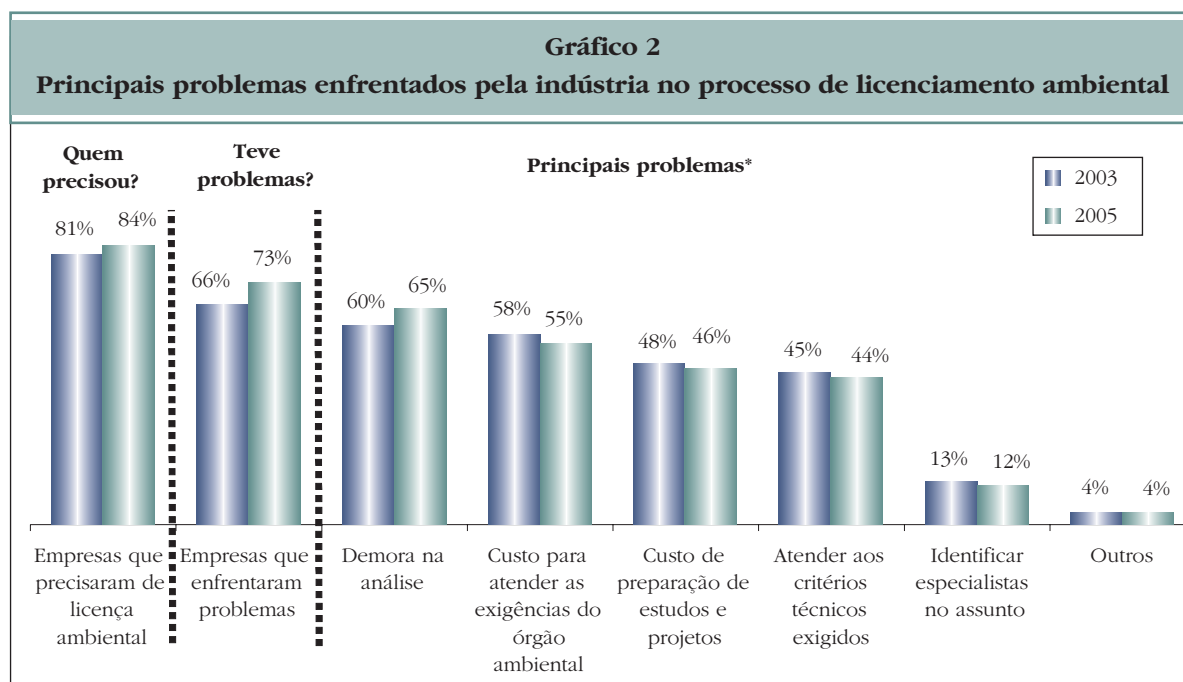
Dentre os setores que mais registraram dificuldades em obter o licenciamento ambiental, Borracha destaca-se com 88,9% de suas empresas que já requisitaram licença declarando terem tido algum tipo de problema para obtê-la. Outros setores que registraram grande dificuldade para obter o licenciamento ambiental foram: Couros e Peles (82,6%), Química (81,9%) e Minerais Não-metálicos (81,8%).

Os setores Bebidas e Materiais Plásticos também registraram grande aumento do percentual de empresas que relataram ter tido dificuldade no processo de licenciamento nos últimos dois anos. Em Bebidas 47,4% das empresas tiveram problemas para obter a licença em 2003 contra 71,4% em 2005 (aumento de 24,1 p.p.). Já Materiais Plásticos registrou, em 2003, 48,6% de suas empresas com dificuldades e, em 2005, 69,8% (aumento de 21,2 p.p.).

A maioria dos setores de atividade também registrou como a principal causa de problemas no processo de licenciamento ambiental a demora na análise dos pedidos, seguindo a mesma tendência observada na média geral.

As empresas dos setores Mecânica, Materiais de Transporte, Borracha e Couros e Peles indicaram os custos dos investimentos necessários para atender as exigências do órgão ambiental como a maior dificuldade do processo de licenciamento. A indústria de Produtos Farmacêuticos classificou tantos os custos dos investimentos necessários para atender as exigências do órgão ambiental como os custos de preparação de estudos e projetos para apresentar ao órgão ambiental como os principais problemas para a obtenção da licença ambiental.

Farmacêuticos também foi o setor que apresentou o menor percentual de empresas que identificaram terem vivenciado obstáculos no processo de licenciamento, tanto na pesquisa de 2003 quanto na de 2005 (44,4% e 53,8%, respectivamente). Isso pode ser justificado pelo fato desse segmento ter um percentual elevado de empresas com sistema de gestão ambiental implementado.



* O total não soma 100% em função da possibilidade de múltiplas respostas.

Gestão ambiental é procedimento integrado ao planejamento da maioria das empresas

A questão ambiental está cada vez mais integrada ao planejamento das empresas. Na pesquisa realizada em 2003, cerca de 70% das empresas responderam já ter adotado procedimentos gerenciais associados à gestão ambiental. Em 2005 este percentual subiu para 74,5%.

Indagadas sobre os principais motivadores para a adoção de procedimentos gerenciais associados à gestão ambiental as empresas elegeram a necessidade de atender aos regulamentos ambientais como o principal motivo, seguido da necessidade de atender às exigências para o licenciamento ambiental e da necessidade de estarem em conformidade com a política social da empresa.

É importante destacar o item referente à conformidade com a política social da empresa. Terceira razão para a adoção da gestão ambiental para a indústria de transformação (com 50,9% das respostas) e primeira razão entre as empresas de grande porte (69,8%). Este resultado é relevante, pois reflete a garantia de sustentabilidade da ação ambiental.

Destaque também deve ser dado ao crescimento das respostas indicando a necessidade de atender às exigências para o licenciamento como razão para a adoção de procedimentos gerenciais associados à gestão ambiental. Este item era a terceira justificativa mais apontada em 2003 e passou a ser a segunda em 2005 (vide gráfico 4), com crescimento de 3,9 pontos percentuais no número de respostas. Este crescimento pode estar relacionado ao agravamento da situação vivenciada pelas empresas no processo de licenciamento ambiental, destacado na seção anterior deste documento.

A Região Centro-Oeste difere da tendência nacional no que diz respeito ao principal determinante para a adoção da gestão ambiental. Para as empresas da região, o fator mais importante foi a necessidade de atender às exigências do licenciamento ambiental, que contou com 61,4% das assinalações. A opção “estar em conformidade com a política social da empresa”, terceiro lugar nacionalmente, assume a segunda posição nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste com 54,5%, 54,1% e 52,3% das respostas, respectivamente.

A Região Sul apresentou o maior número relativo de empresas que já adotaram procedimentos gerenciais associados à gestão ambiental (79,8%), seguida pelas Regiões Norte (75,6%) e Nordeste (74,1%). Já as empresas da Região Centro-Oeste, como já constatado na Sondagem anterior, apresentaram o menor percentual de empreendimentos que adotaram tais procedimentos (65,7%), o que provavelmente deve estar relacionado às características setoriais e de porte das indústrias predominantes nesta Região.

Vale ressaltar, entretanto, que entre 2003 e 2005 o percentual de empresas que realizaram gestão ambiental aumentou em todas as Regiões Geográficas do País, exceto na Região Norte (queda de 4,7 p.p.). Neste contexto, destacam-se as Regiões Sudeste e Sul, com aumentos de 6,7 e 6,5 pontos percentuais, respectivamente, no percentual de empresas que adotaram procedimentos gerenciais associados à gestão ambiental.

Os setores de atividades que se destacaram com o maior número percentual de empresas que realizou procedimentos gerenciais associados à gestão ambiental, em 2005, foram: Química (89,1%), Couros e Peles (88,5%), Farmacêuticos (86,7%), Borracha (84,0%), Papel e Papelão (83,8%) e Materiais de Transporte (81,7%). O Setor Vestuário e Calçados, ao contrário, foi o que apresentou o menor percentual (48,6%).

Por sua vez, os setores Couros e Peles, Borracha, Mobiliário e Mecânica foram os que registraram o maior aumento no percentual de empresas que adotaram procedimentos gerenciais associados à gestão ambiental, entre 2003 e 2005, com crescimentos de aproximadamente 28, 21, 16 e 15 pontos percentuais, respectivamente.

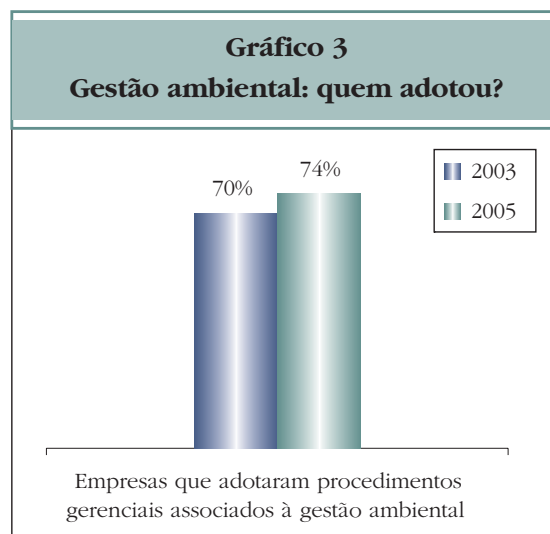
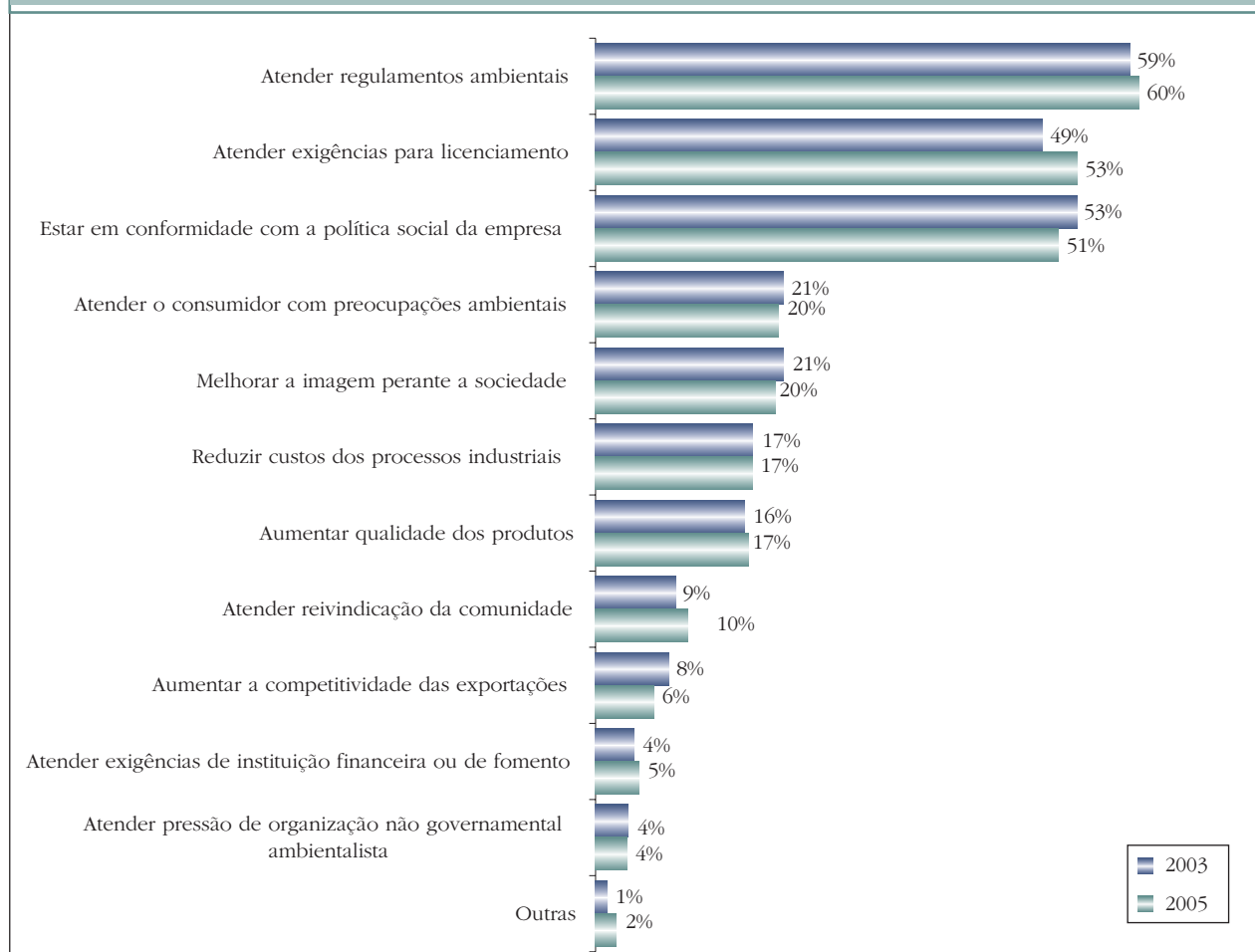


Gráfico 4
Principais razões para a adoção de medidas gerenciais associadas à gestão ambiental pelas indústrias*



* O total não soma 100% em função da possibilidade de múltiplas respostas.

Indústria amplia investimentos em proteção ambiental

Aumentou o número de empresas que investe em proteção do meio ambiente, bem como os valores despendidos, em relação aos investimentos totais. A previsão para 2006 é que estes valores continuem aumentando.

Entre 2003 e 2005 houve um aumento de 3,9 pontos percentuais no número relativo de empresas que investiram em proteção ambiental. No que diz respeito ao montante investido, verificou-se um crescimento de 2,3 pontos percentuais no número relativo de empresas que destinaram entre 3% e 11% de seus investimentos totais para esta finalidade, contra uma queda de 2,2 pontos percentuais no número relativo de empresas que destinaram menos de 3% de seus investimentos para proteger o meio ambiente.

Há uma tendência ao deslocamento do volume dos investimentos destinado pelas empresas para a proteção ambiental da faixa abaixo de 3% para a faixa entre 3% e 11%. Esta tendência é ainda mais perceptível quando levamos em conta as informações previstas para 2006 (vide gráfico 5).

O empresariado nacional está efetivamente comprometido com a proteção ambiental e vem, cada vez em maior número, investindo nesta área. Quase a totalidade das grandes empresas investe em proteção do meio ambiente (90,7%). Entre as pequenas e médias este número é menor (73,5%), mas vale ressaltar que o percentual de empresas de pequeno e médio porte que declarou investir em proteção do meio ambiente aumento 5 pontos percentuais entre 2003 e 2005.

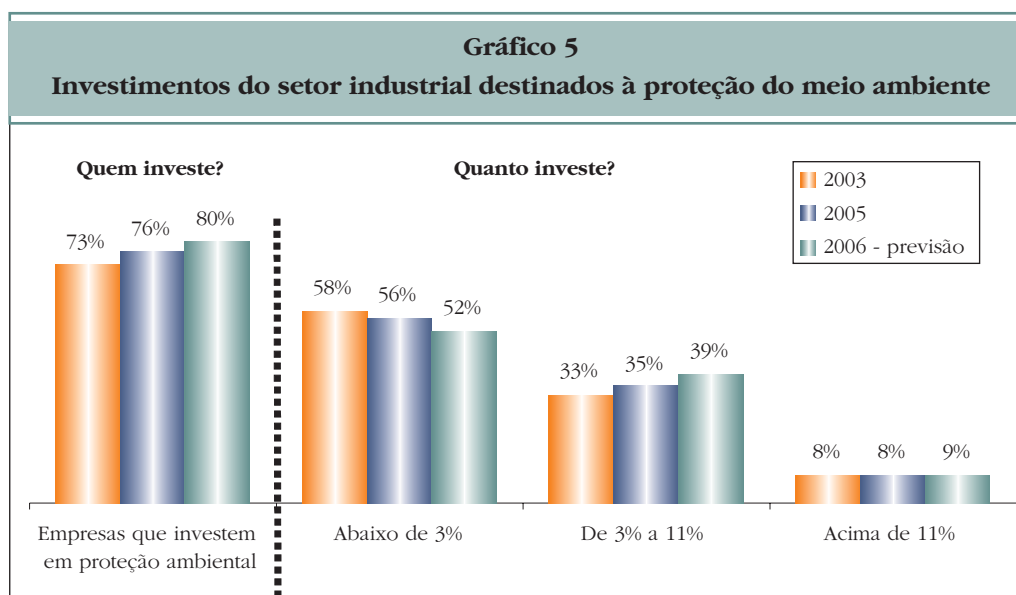
Na comparação regional, a Região Norte caracteriza-se por possuir o maior percentual de empresas que investem em proteção do meio ambiente (88,9%) e por ter apresentado o maior crescimento deste percentual, entre 2003 e 2005 (9,6 p.p.). O número significativo de indústrias do setor de Madeira na Região Norte – atividade que apresenta substanciais possibilidades de impacto ambiental – pode ser justificativa para um maior número de empresas investindo em proteção do meio ambiente nesta Região.

Todas as Regiões apresentaram aumento do número de empresas que investiram em proteção do meio ambiente entre 2003 e 2005, exceto a Região Centro-Oeste, cujo percentual caiu em 2 pontos percentuais.

Os setores de atividade Farmacêuticos (92,9%), Química (92,3%), Couros e Peles (91,3%) e Papel e Papelão (90,9%) destacaram-se por apresentarem o maior percentual de empresas investindo em proteção do meio ambiente. Importante frisar o aumento dos investimentos destinados à proteção do meio ambiente entre 2003 e 2005 verificado nos setores Borracha (21,3 p.p.), Material Elétrico (20,6 p.p.) e Couros e Peles (19,1 p.p.).

A constatação de que o empresariado nacional está efetivamente comprometido com a proteção ambiental é ainda reforçada pela observação de que o percentual das empresas de grande porte que destinaram entre 3% e 11% dos seus investimentos totais à proteção do meio ambiente aumentou 3,1 pontos percentuais nos últimos dois anos, passando de 38,1% em 2003 para 41,1% em 2005. Adicionalmente, aumentou o número de grandes empresas que passaram a destinar mais de 11% dos seus investimentos para a proteção ambiental (de 9,7% para 10,3%).

A previsão para 2006 é de que o percentual de empresas que destinarão recursos para a proteção do meio ambiente aumente para aproximadamente 80%. Comparando com 2005, confirma-se a tendência de aumento da proporção dos investimentos das empresas destinados a esta finalidade (conforme pode ser observado no gráfico 5). Estes fatores são mais uma demonstração da crescente importância dada pelas indústrias à prática do desenvolvimento sustentável.



Considerações Finais

As indústrias estão procurando reduzir, por meio da gestão ambiental estratégica e dos investimentos em proteção do meio ambiente, os conflitos advindos do processo de licenciamento ambiental e as dificuldades encontradas nas relações administrativas com os órgãos ambientais. Entretanto, os resultados desta Sondagem mostram que, apesar desse esforço, as dificuldades enfrentadas pelas empresas não só continuam presentes no seu dia-a-dia como vêm aumentando.

O processo de licenciamento ambiental tem como sua principal dificuldade a demora na análise dos pedidos e, conseqüentemente, na emissão da licença. A demora na análise é reflexo de procedimentos relativamente burocráticos, não-sistêmicos e desarticulados. No caso da relação entre as indústrias e os órgãos ambientais, os requisitos da regulamentação ambiental foram identificados como os maiores causadores de desgaste. A indústria sofre com requisitos, por vezes, inadequados e até excessivos sob o ponto de vista da aplicabilidade técnica e dos aspectos de sustentabilidade econômica.

A necessidade de atender as exigências do licenciamento ambiental que em 2003 foi o terceiro motivo indicado pelas indústrias para a adoção de práticas gerenciais associadas à gestão ambiental passou, em 2005, a ser a segunda razão. O que pode estar relacionado com a deterioração da situação vivenciada pelas empresas no processo de licenciamento ambiental. Ou seja, possivelmente as empresas estão tentando contornar os problemas relacionados à emissão das licenças ambientais por meio da gestão ambiental estratégica.

A sondagem indica que há necessidade de se aperfeiçoar o marco regulatório nacional sobre licenciamento ambiental, visando, entre outros objetivos, reduzir seus prazos e custos. Mudanças são necessárias para esclarecer as competências dos agentes públicos do setor ambiental; simplificar o processo de licenciamento; dar transparência aos processos; e padronizar as decisões.

Isto, sem dúvida, contribuirá para que as questões aqui apontadas sejam solucionadas e para que o Sistema Nacional do Meio Ambiente funcione com maior agilidade, qualidade e eficiência, sem perder de vista o desenvolvimento econômico e social do País.

Tabela 1
Relação das empresas com os órgãos ambientais 2005 - Proporção de respostas (%)

Quem se relacionou?	Teve problemas?	Principais problemas enfrentados*							Outros
		Requisitos exagerados da regulamentação	Regulamentação com custos muito elevados de implantação	Regulamentação muito complexa	Regulamentação frequentemente alterada	Falta de preparo técnico da fiscalização	Falta de cortesia ou comportamento "inadequado" da fiscalização		
Gêneros industriais									
Minerais Não-metálicos	95,3	77,2	79,5	60,3	51,3	16,7	16,7	24,4	5,1
Metalúrgica	86,7	46,9	63,0	67,4	65,2	10,9	26,1	10,9	0,0
Mecânica	69,3	51,9	74,1	66,7	51,9	18,5	14,8	18,5	7,4
Material Elétrico	83,3	63,6	68,6	34,3	51,4	11,4	20,0	8,6	5,7
Material de transporte	87,9	54,9	50,0	60,7	39,3	14,3	14,3	25,0	7,1
Madeira	96,1	65,3	68,8	34,4	46,9	21,9	12,5	25,0	6,3
Mobiliário	80,5	48,5	68,8	81,3	62,5	6,3	25,0	6,3	0,0
Papel e Papelão	91,7	69,7	73,9	39,1	69,6	8,7	21,7	4,3	4,3
Borracha	87,5	81,0	76,5	58,8	47,1	29,4	11,8	5,9	5,9
Couros e Peles	91,3	81,0	64,7	64,7	64,7	17,6	17,6	5,9	0,0
Química	96,8	65,6	71,2	57,6	42,4	15,3	28,8	20,3	1,7
Produtos Farmacêuticos	93,1	51,9	35,7	71,4	57,1	7,1	7,1	0,0	14,3
Material Plástico	87,5	52,4	68,2	54,5	59,1	40,9	13,6	9,1	0,0
Têxtil	81,0	70,2	69,7	63,6	54,5	15,2	33,3	15,2	0,0
Vestuário e Calçados	60,0	58,3	67,9	46,4	46,4	21,4	14,3	21,4	3,6
Produtos Alimentares	89,3	70,7	72,3	56,9	56,9	10,8	21,5	29,2	1,5
Bebidas	92,9	57,7	66,7	46,7	60,0	20,0	26,7	13,3	6,7
Outros	78,9	66,3	64,2	50,7	38,8	17,9	37,3	19,4	6,0

* O total não soma 100% em função da possibilidade de múltiplas respostas.

Tabela 2
Licenciamento ambiental 2005 - Proporção de respostas (%)

Quem precisou?	Teve problemas?	Principais problemas enfrentados*					Outros	
		Demora na análise dos pedidos de licenciamento	Dificuldade de identificar e atender aos critérios técnicos exigidos	Dificuldade em identificar especialistas no assunto	Custo de preparação de estudos e projetos para apresentar ao órgão ambiental	Custo para atender as exigências do órgão ambiental		
Gêneros industriais								
Minerais Não-metálicos	94,3	81,8	64,2	50,6	6,2	59,3	53,1	6,2
Metalúrgica	86,1	58,6	63,8	48,3	15,5	43,1	58,6	3,4
Mecânica	63,9	63,0	55,2	55,2	13,8	62,1	65,5	0,0
Material Elétrico	82,1	72,7	62,5	35,0	7,5	52,5	55,0	0,0
Material de transporte	84,2	62,5	56,7	33,3	3,3	40,0	60,0	10,0
Madeira	91,7	77,3	70,6	50,0	2,9	38,2	58,8	5,9
Mobiliário	86,5	59,4	73,7	21,1	21,1	68,4	52,6	0,0
Papel e Papelão	94,4	70,6	75,0	41,7	12,5	37,5	50,0	4,2
Borracha	78,3	88,9	43,8	37,5	18,8	56,3	62,5	6,3
Couros e Peles	95,8	82,6	57,9	52,6	10,5	31,6	68,4	0,0
Química	96,9	81,9	76,6	36,4	7,8	45,5	53,2	2,6
Produtos Farmacêuticos	92,9	53,8	28,6	35,7	7,1	50,0	50,0	0,0
Material Plástico	84,3	69,8	63,3	40,0	16,7	43,3	53,3	3,3
Têxtil	85,7	79,2	63,2	50,0	10,5	44,7	55,3	2,6
Vestuário e Calçados	60,5	71,7	57,6	51,5	24,2	42,4	45,5	0,0
Produtos Alimentares	87,4	79,4	61,0	46,8	16,9	40,3	61,0	5,2
Bebidas	93,3	71,4	70,0	65,0	25,0	50,0	30,0	0,0
Outros	75,2	75,5	71,8	38,0	9,9	39,4	47,9	11,3

* O total não soma 100% em função da possibilidade de múltiplas respostas.

Tabela 3
Investimentos destinados à proteção do meio ambiente 2005 - Proporção de respostas (%)

	Quem investiu?	Quanto investiu?		
		Abaixo de 3%	De 3% a 11%	Acima de 11%
Gêneros industriais				
Minerais Não-metálicos	78,9	42,3	49,3	8,5
Metalúrgica	78,4	62,1	28,7	9,2
Mecânica	72,1	75,5	18,4	6,1
Material Elétrico	80,6	70,7	27,6	1,7
Material de transporte	85,7	64,6	27,1	8,3
Madeira	76,2	50,0	43,8	6,3
Mobiliário	66,7	80,8	19,2	0,0
Papel e Papelão	90,9	33,3	60,0	6,7
Borracha	79,2	68,4	31,6	0,0
Couros e Peles	91,3	42,9	47,6	9,5
Química	92,3	44,0	33,3	22,6
Produtos Farmacêuticos	92,9	65,4	23,1	11,5
Material Plástico	65,2	63,3	36,7	0,0
Têxtil	70,4	42,1	50,0	7,9
Vestuário e Calçados	57,8	67,6	29,7	2,7
Produtos Alimentares	75,2	57,9	36,8	5,3
Bebidas	78,6	36,4	59,1	4,5
Outros	66,4	51,9	34,6	13,6

Tabela 4
Investimentos destinados à proteção do meio ambiente 2006* - Proporção de respostas (%)

	Quem investiu?	Quanto investiu?		
		Abaixo de 3%	De 3% a 11%	Acima de 11%
Gêneros industriais				
Minerais Não-metálicos	81,6	36,9	50,0	13,1
Metalúrgica	84,9	56,4	36,6	6,9
Mecânica	74,0	68,4	26,3	5,3
Material Elétrico	83,8	67,7	29,0	3,2
Material de transporte	87,1	50,0	37,0	13,0
Madeira	83,7	44,4	47,2	8,3
Mobiliário	70,7	62,1	37,9	0,0
Papel e Papelão	88,9	28,1	62,5	9,4
Borracha	87,5	71,4	28,6	0,0
Couros e Peles	91,7	27,3	63,6	9,1
Química	91,7	37,5	42,0	20,5
Produtos Farmacêuticos	90,0	59,3	37,0	3,7
Material Plástico	70,6	69,4	30,6	0,0
Têxtil	75,9	41,5	41,5	17,1
Vestuário e Calçados	62,7	64,3	35,7	0,0
Produtos Alimentares	75,5	60,0	36,3	3,8
Bebidas	83,9	46,2	50,0	3,8
Outros	70,7	52,1	35,1	12,8

* Previsão.

A Sondagem Especial sobre Meio Ambiente foi realizada em conjunto com a Sondagem Industrial. Ela contou com a participação de 1.240 pequenas e médias empresas e 212 grandes de todo o território nacional. O período de coleta das informações foi de 04 de janeiro a 24 de janeiro de 2006. Para maiores informações sobre a metodologia da sondagem ver <http://www.cni.org.br/f-ps-sondind.htm>.

EXPEDIENTE: SONDADEM ESPECIAL DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – Coordenação Técnica: Unidade de Competitividade Industrial e Unidade de Pesquisa, Avaliação e Desenvolvimento – Equipe Técnica: Maurício Mendonça, Luciana Nunes, Renato Fonseca, Roxana Campos, Maria Angélica Moreira – Coordenação Editorial: Unidade de Comunicação Social do Sistema CNI – Supervisão Gráfica: UNICOM/Núcleo de Criação – Normalização Bibliográfica: ACIND/Área Compartilhada de Informação e Documentação. Informações Técnicas: Tels.: (61) 317-9472 – E-mail: sondagem@cni.org.br. Assinaturas: SAC – Serviço de Atendimento ao Cliente – SBN-Quadra 01-Bloco C - Ed. Roberto Simonsen - Brasília-DF - CEP: 70040-903 - Tels.: (61) 3317-9989/9992/9993 – Fax: (61) 3317-9994 – E-mail: sac@cni.org.br. Home page: www.cni.org.br.